

Reunião da Câmara Temática de Mobilidade a Pé

Data: 12 de dezembro de 2018.
Horário: 16h-18h
Local: Rua Barão de Itapetininga, 18 - Térreo

Participantes

Poder Público:

- Filipe Sansone – SMT-Imprensa
- Luiza Gomide – CET-GPL/DPM
- Heloisa Martins – CET/GST
- Carolina Cominotti – SMT-AT
- Elisabete França – CET/SPP
- André Castro - SMT-AT
- Rafael Tartarci – Mobilab
- Natália Galofaro – SMT-AT

Membros da CT de Mobilidade a Pé:

- Ana Carolina Nunes – SAMPAPÉ
- Elio J. B Camargo – CidadeaPé
- Eduardo Merheje – Instituto de Engenharia
- Alexandre A. B. Moreira – Cidadeapé
- Meli Malatesta – Pé de Igualdade/ANTP
- Rafael G. Calabria – Cidadeapé
- Helena Degreas – Lab Quapa-FAUUSP

Ana Carolina – fez a abertura e iniciou com a pauta dos APPs.

André – fez um breve histórico e esclareceu que a SMT tem sido procurada por várias empresas com interesse na inserção dos patinetes elétricos. Como ainda não existe regulamentação, no momento não seria possível operarem. Os serviços não serão regulamentados sem ampla discussão com a sociedade civil. Há 11 empresas interessadas e foram recolhidos cerca de 45 patinetes. Ainda, não há espaço na via pública para o funcionamento de tantas empresas. Uma solução pensada seria uma regulamentação exigente. Existe um grupo de trabalho e está previsto um chamamento público. Após, apresentarão um carta de compromisso com as Empresas.

Meli – entrou no site da Yellow e verificou que há “dicas de utilização” com algumas incorreções. Argumenta que isto complica ainda mais a situação tendo em vista que não existe uma política de investimentos na Mobilidade a Pé. Falou sobre a Pesquisa OD e informou que houve uma retração de viagens a pé. É da opinião de que deveria existir uma contrapartida por parte das empresas interessadas em utilizar o espaço público para a mobilidade a pé e que a Yellow deveria se inteirar mais sobre a regulamentação.

Elisabete França – argumentou que no caso da Mobilidade a Pé não existe patrocinador e que é necessário encontrar um foco. É preciso maior representatividade e a utilização de estratégias tais como workshops regionais entre outros para mobilizar e sensibilizar o setor público e sociedade.

Ana Carolina - já estamos aqui há alguns anos e não temos patrocinadores? Qual o Plano para lidar com a Mobilidade a Pé?

Heloisa – o próprio PlanMob já se preocupava com a construção de uma Rede. O que a Bete está colocando é que deveríamos pensar numa mobilização maior. Juntar mais pessoas nas regiões da cidade para discutir a questão e também viabilizarmos parcerias do setor privado. A CET sinaliza, orienta, planeja, mas não constrói nada. É necessário que unamos esforços para sensibilizarmos o setor público e privado para conseguir recursos.

Elio – considero a proposta da Bete boa, mas acho que o primeiro passo tem que ser de vocês.

Heloisa – seu Elio, a CET especificamente apenas sinaliza. Temos que arrumar recursos específicos para a construção de calçadas. A Rede, como vocês sempre dizem, é maior; envolve comunicação visual e outros aparelhamentos na via urbana.

Eduardo – existe já uma irregularidade e precisamos nos apegar ao que é moderno. Um sistema de “permissão”. O assunto é focalizado muito na ferramenta. Ficar brigando com outros modais não leva a lugar nenhum. Sou do Instituto de Engenharia e sugiro focarmos num sistema de permissão do espaço público.

Meli – comentou sobre o padrão de calçada proposta pela CPC na Pedro de Toledo. Esteve em visita com um grupo de deficientes visuais entre outros e constatou-se que não funciona. Argumenta que o modelo precisa ser revisto.

Luiza – em conversa com a Matilde ela disse que está solicitando uma avaliação da ABNT.

Calabria – o problema de investimentos é grave. As empresas operam através de uma plataforma de tecnologia? As bikes pagam alguma taxa?

André – pagam pelo espaço público utilizado. Estamos avaliando todo o processo.

Ana Carolina – deu alguns exemplos de utilização do espaço público na Cidade do México.

Calabria – penso que vocês precisam correr com relação aos patinetes elétricos.

André – você tem razão. Da parte de investimentos precisamos identificar contrapartidas que atendam políticas públicas e que de algum modo compensem. É necessário que as empresas “olhem” para um contexto maior, da mobilidade como um todo. Se isto ocorrer, está ok.

Ana Carolina – quem não tem carro paga pela estrutura toda. É necessário que haja uma contrapartida maior por parte das empresas (Uber, Yellow, etc). Obrigar as empresas a se comprometerem também em manter a estrutura. A expansão da malha viária esta parada.

Elisabete Franca – há que se avaliar a contingência econômica. Estamos com contratos parados há mais de um ano.

André – temos que considerar também que o TCM empata seja a gestão que for.

Alexandre – entendemos, mas o nosso papel aqui é pressionar para que os projetos caminhem. É para isto que também serve este espaço de discussão.

André – da nossa parte, penso que os discursos estão alinhados.

Meli – se pressionarmos o TCM ajuda?

Eduardo – acho que é necessário colocar um bloco na Câmara de Vereadores.

Helena – os patrocinadores realizam levantamentos fundamentais que poderiam auxiliar. Há algo que preveja esta contrapartida de informações?

André – há no papel; está previsto. O que não temos ainda é uma estrutura para análise dos dados. Poderíamos compilar um “pacote de dados” e solicitar às operadoras.

Calabria – a Uber também está no mesmo esquema (disponibilização dos dados)?

André - Em relação a isto estão com um processo. Urbanismo tático tem sido muito importante para avançarmos neste processo.

Ana Carolina – vamos para a segunda pauta?

Heloisa – sobre o PlanMob, em 2016, teoricamente deveríamos ter encontrado um “ente” para viabilização das calçadas. Não avançou. Em 2017 tivemos a criação da CPC. Avançamos depois a pesquisa e demos alguns passos no ano passado.

Luiza – fez um breve resumo sobre a pesquisa para rede de mobilidade a pé realizada pela ANTP. Uma proposta é retomarmos este assunto para apresentarmos aqui nesta CT de forma mais detalhada.

Alexandre – este material estará disponível?

Luiza – possivelmente.

Ana Carolina – a partir da pesquisa realizada pela ANTP vocês conseguem fazer uma priorização?

Luiza – a ideia é iniciarmos pela hierarquia 1.

Heloisa – estamos em dia com esta meta, pois a proposta era finalizarmos em 2018. O que estamos atrasados é em relação à construção de calçadas. Definitivamente atrasados. A questão é de onde vamos tirar os recursos? Será que a CPC conseguiria fazer um Plano para isto?

Elisabete França – a CPC precisa incorporar isto. Porém, o entendimento é outro. É que CPC é só calçadas. Não existe um “olhar ampliado” para o assunto.

Luiza – talvez pudéssemos contribuir para ampliação do olhar nas reuniões da CPC.

Heloisa – a CPC já é uma instância que está aparelhada para isto. Talvez seja uma boa estratégia levarmos esta pauta para lá.

Ana Carolina – uma sugestão. A princípio a CT tem o direito de uma reunião semestral com o Prefeito. Talvez pudéssemos utilizá-la para sensibilizá-lo em relação a este assunto.

Alexandre – entendemos a posição de vocês (CET), mas aqui temos que lutar para mudar isto; é necessário que a gestão, os diversos órgãos envolvidos (secretarias e/ou outros) conversem e se acertem. É preciso quebrar paradigmas.

Heloisa – sobre a travessia elevada (CONTRAN), em reunião realizada na SPP, considerou-se melhor encaminharmos um pedido de esclarecimento ao CONTRAN encabeçado pela CT de Mobilidade a Pé (leu o cabeçalho e ficou acertado que o documento seria enviado para a CT para corroboração).